

Am

o chamado regimental para constatação de "quorum". Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Adailton Pinto de Andrade, Alfredo Luiz da Rocha Barros, Ivan Luiz de Araújo, Joaquim Schwindt, Osmar Simão Paiva da Silva e Wilando da Silva Pereira. Imaneando a ausência de quorum, o Senhor Presidente em exercício encerrou a presente sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação minoria, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.



Assinado por: \_\_\_\_\_

Ata da Vigésima Primeira Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio realizada no dia 18 (dezoito) de outubro do ano de 1994 (mil novecentos e noventa e quatro).

As dezessete horas do dia 18 (dezoito) de outubro do ano de 1994 (mil novecentos e noventa e quatro), sob a Presidência do Vereador Carlos da Rocha Mendes e com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Vereador Dirceu Pereira da Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Gaur Filho da Rocha, Adailton Pinto de Andrade, Aires Bezerra de Aguiar, Alfredo Luiz da Rocha Barros, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Junqueira, Carlos Roberto Soares dos Santos, Eduardo Corrêa Neto, Ivan Luiz de Araújo, Joaquim Schwindt, Luiz Antônio de Nello Pólos, Osmar Simão Paiva da Silva, Wilando da Silva Pereira, Elias Rodrigues Binto e Waldir Raulino de Aguiar Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início a presente sessão em nome de Deus. E seguir, foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata da Vigésima Primeira Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo e Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo. E seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental se

leu ao Senhor Primeiro Secretário o livro do expediente que consta do seguinte:

Projeto de Resolução nº 032/94 de autoria do Vereador Joaquim Schwindt, assunto: Con-  
ferir título de Cidadão Cabopriense ao Senhor Pedro Paulo Coelho Miranda., Projeto de  
Resolução nº 033/94 de autoria do Vereador Carlos Roberto Loureiro dos Santos, assun-  
to: Conferir título de Cidadão Cabopriense ao Senhor Carlos Lima., Projeto de Reso-  
lucão nº 034/94 de autoria do Vereador Carlos Bessa de Aguiar, assunto: Conferir  
título de Cidadão Cabopriense ao Senhor Dr. Márcio Jorge Sosa de Azeiteiro., Projeto  
de Resolução nº 035/94 de autoria do Vereador Virlei Pinheiro da Silva, assunto: Con-  
ferir título de Cidadão Cabopriense ao Sr. Ivan Carlos Grota., Projeto de Resolução  
nº 036/94 de autoria do Vereador Virlei Pinheiro da Silva, assunto: Conferir título  
de Cidadão Cabopriense ao Sr. Luiz Edmilson de Carvalho., Projeto de Resolução  
nº 037/94 de autoria do Vereador Carlos Bessa de Aguiar, assunto: Conferir Títu-  
lo de Cidadão Cabopriense ao Sr. José Alzenir da Costa., Projeto de Lei nº 038/94 de  
autoria do Vereador Joaquim Schwindt, assunto: Denomina a praça Roberto Bion-  
do e sua zona vizinha localizada no final da Avenida João Cardoso da Avenida  
- Jardim Esperança., Requerimento nº 189/94 de autoria do Vereador Eduardo Cor-  
reia Neto, assunto: Solicita ao Exmº Senhor Prefeito Municipal informações que-  
to a contratação de pessoal por tempo determinado., Requerimento nº 190/94  
de autoria do Vereador Eduardo Correia Neto, assunto: Solicita ao Exmº Senhor Pre-  
feto Municipal informações sobre as contratações efetuadas neste período eleito-  
ral., Requerimento nº 191/94 de autoria do Vereador Eduardo Correia Neto, assun-  
to: Solicita ao Exmº Senhor Prefeito Municipal cópias das publicações dos Parla-  
rios nºs 001 e 002/93., Requerimento nº 192/94 de autoria do Vereador Virlei Pin-  
heiro da Silva, assunto: Dispõe sobre outorga de Honra de Aplausos ao Sr. Edson  
Domingues, Presidente do Sistema Ferramar de Comunicações., Requerimento nº  
193/94 de autoria do Vereador Eduardo Correia Neto, assunto: Dispõe sobre outorga  
de Honra de Aplausos ao Senhor Alair Correia., Requerimento nº 194/94 de auto-  
ria do Vereador Carlos Roberto Loureiro dos Santos, assunto: Requer ao Exmº Senhor  
Prefeito Municipal informações sobre o Parecer do Processo nº 51.362/94 - Mapa Em-  
penhamentos Imobiliários. Sumariado o livro do expediente, o Senhor Presidente  
te honrou a tribuna aos oradores inscritos em livro próprio para o uso da tribuna  
como único orador inscrito, cupou a tribuna o Vereador Alfredo Luiz da Rocha  
de Sá, falando inicialmente foi abordado em contato com o Vereador Luiz Antônio de Melo



1  
Cobras, Presidente da Comissão de Revisão do Regimento Interno, solicitando reunião para que fosse avaliada proposta apresentada pela Relatoria, ou seja, da lauda do Senador Alfredo Luiz do Rocha Barreto. Disse que referava o urgência para que tal reunião fosse realizada, no medida em que o Partido dos Trabalhadores considerava de grande importância o questão do Regimento Interno. Disse que seu Relatório incluía o campo de Democratização do Congresso, das relações com a sociedade civil e também com o Poder Executivo e, a transparência dos trabalhos desenvolvidos pelo Legislativo em todos os seus desdobramentos. Denunciou ser inquestionável a improdutividade das Comissões Técnicas Permanentes do Congresso, e que seu Relatório no caso a proposta definia prioritariamente de modo a oferecer um texto que mostrasse um avanço significativo na atividade legislativa. Com relação a Tribuna Livre, disse que tal ponto era enfatizado também em seu Relatório, regulamentando a participação da sociedade civil junto ao Legislativo nas suas reuniões Ordinárias. Disse que para a viabilização da Tribuna Livre, seria necessária emenda a Lei Orgânica e assim, lamentava que tal procedimento não fosse adotado na legislação anterior, o que por certo pouparia esforços da população segundo alguns não sabia fazer política, não sabia votar entre outros aspectos negativos. Afirmou que só com a efetiva participação da Comunidade na Câmara, o processo democrático poderia ser aperfeiçoado, pois era impressionante como o povo estava distante da Câmara, e, tal questão deveria ser discutida pelos representantes do povo, e ainda, que o único elo de ligação era o eleitoral, da época de eleições, do voto de "cabresto", dos favores, da troca de favores, o que positivamente nada construía, pois eram práticas reprodutoras das maiores desigualdades existentes no Brasil. Adiante, disse que seu Relatório trazia mudanças quanto a remuneração do Senador, e não discutia se o Senador ganhava muito ou pouco, e que fundamentalmente quando se enunciam regras para os salários o trabalhador não participava, mas quando legislativo e executivo e o judiciário determinavam polpidos salários eram os legisladores que votavam e até de forma desigual e assim, deveria votar a mesma lida para todo mundo. Prossequindo, disse que o seu Relatório previa a criação de novas Comissões Permanentes, como de Saúde e saneamento, Educação, Cultura, mas considerava fundamental em tal trabalho a Assessoria Técnica, afirmando: "É impossível Senhor Presidente que nós possamos viver em uma Casa que dizem ter que dar

Jun 29

sempre o voto político como se política não fosse a análise seria e competente dos  
 planos, das metas desse Município, como se agente no foro, político fosse um  
 concurso "ao pé do ouvido" que temos que resolver. Falta ao nosso ser, Assessoria  
 técnica muito boa, Assessoria permanente para as Comissões, para que agente  
 possa realmente ler condições e possamos oferecer sugestões no sentido de avançar.  
 mas em um série de questões, das quais não temos pleno conhecimento. Que  
 lo ao horário das Sessões disse que teria que ser alterado, pois ao discutir hora  
 se poderiam estar no Câmara aqueles que porventura não houvessem mais empre-  
 missa com o trabalho, ou, descompromissados temporariamente, e assim, o  
 horário não era adequado para que houvesse uma participação maior da Comu-  
 nidade. Considerou como ponto muito importante e que merecia alteração na  
 Lei Orgânica era o que poderia denominar de restrição do voto secreto, e com  
 relação a votação dos títulos de Cidadania deveria ser por aclamação e mere-  
 cer enteiros mais rígidos. Expressou a opinião do Abolicionismo que, Dr. Mont  
 André, que ao assinar iniciava popular para acabar com o voto secreto afir-  
 mava ser solidário, pois o representante do povo não podia estar em matéria  
 sem declarar, o que não ocorre atualmente, impedindo a total liberdade de  
 ação do Vereador. Sobre o Orçamento, disse que o PT vinha sendo inovador  
 quanto a matéria, e tais inovações vinham sendo recebidas pela sociedade  
 que participava na discussão e elaboração e acompanhamento da Lei Orçame-  
 ntária. Falou a seguir, do setor organizado do Esporte em Cabo Frio, que reali-  
 zava eventos mas não recebia qualquer ajuda do Município e, em encontro  
 do qual participara juntamente com o Vereador Abreu da Rocha Mendes, para  
 analisar tal situação, pois não havia a mínima discussão sobre o assunto  
 e o Orçamento já estava preparado. Disse que Comissões de Trabalho deveriam  
 ser abertas e, os representantes de entidades deveriam acompanhar as ativi-  
 dades, com destaque a análise da Lei do Orçamento. Fricou que após dois anos  
 de mandato esperava ter realizado muito mais, tanto do ponto de vista pessoal  
 como do próprio Câmara, e pensava que o avanço pudesse ser maior, e assim,  
 tinha um certo sentimento de frustração, mas, de pouco para tudo, quase nada  
 fora divulgado, o que lamentava. Disse que talvez fosse necessário voltar ao  
 tempo dos "alto falantes" e que embora não muito avançado na idade, alcança-  
 va a Câmara difundindo suas Sessões através de tais aparelhos colocados na port



excluído do prédio. Falou da necessidade da Casa ter um jornal mensal, relator do os trabalhos, expondo as atividades o que se viu por demais importante e ainda, através da informatização facilitar através da informatização o acesso de todos as atividades da Casa, mas, o setor de informatização ainda estava muito restrito, pois sequer os Vereadores tinham um terminal a disposição. A seguir, disse ter sido um sucesso a reunião realizada na última sexta-feira, no Hotel Solpa, embora a participação reduzida da Casa, o que era de se destacar quando todos enfocavam a falta de assistência ao menor, mas a participação efetiva era irrelevante. Falou que o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, do qual fazia parte juntamente com o Vereador Luiz Antônio de Mello Rocha, estava buscando apresentar bons resultados, e no virão que se aproximava, mediante compromisso assumido com o Senhor Prefeito, as crianças não seriam mais um fardo deprimente nos laços da Cidade. Disse que soluções estavam sendo estudadas, que já havia sido firmado convênio com o CERMER da Igreja Metodista, e que até o dia vinte e um de dezembro seria o airdaduro abriga das crianças, ou seja, uma forma digna de proteger tais menores. Disse que inteligentemente o compromisso com o CERMER terminava em vinte e um de dezembro do ano em curso, e na impossibilidade de prorrogação do convênio havia sido solicitado ao Senhor Prefeito uma solução para o problema, e assim encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao agendamento dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa foram aprovadas as seguintes matérias: Aprovado Parecer Favorável da Comissão de Relação Final no Projeto de Lei nº 029/93. Aprovado o Projeto de Resolução nº 032/94. Aprovado o Projeto de Resolução nº 033/94 com Requerimento de Urgência nº 195/94 na Comissão de Constituição e Justiça. Aprovado Projeto de Resolução nº 034/94 com Requerimento de Urgência nº 198/94 na Comissão de Constituição e Justiça. Aprovado Projeto de Resolução nº 035/94 com Requerimento de Urgência nº 199/94 na Comissão de Constituição e Justiça. Aprovado Projeto de Resolução nº 036/94 com Requerimento de Urgência nº 200/94 na Comissão de Constituição e Justiça. Aprovado Projeto de Resolução nº 037/94 com Requerimento de Urgência nº 197/94 na Comissão de Constituição e Justiça. Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 038/94. Aprovados os Requerimentos nº 189/94, 190/94, 191/94, 192/94, 193/94 e 194/94. Sumariado a Or-

